Reconhecimento de Ativos Intangíveis em Situação de Business Combinations Face ao Alinhamento da Contabilidade Brasileira às IFRS

Maria Thereza Pompa Antunes (UPM) - mariathereza@mackenzie.com.br

TATIANA GALO SAIKI (MACKENZIE) - tatiana.saiki@adm.com

Marta Cristina Pelucio Grecco (UPM) - martapelucio@mackenzie.br

Resumo:

O objetivo geral deste estudo foi o de conhecer como uma empresa de commodities agrícola no Brasil reconheceu e mensurou seus ativos intangíveis, seguindo os preceitos da Lei 11.638/07 e as orientações do CPC-04 e CPC 15, diante de uma situação de compra de uma Usina de Cana-de-açúcar. Especificamente, tratou-se de descrever e analisar a metodologia para mensuração dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos dentro do valor pago a título de ágio por rentabilidade futura (Goodwill). A relevância desse estudo pode ser atribuída, principalmente, ao momento atual que a contabilidade brasileira vivencia, visto à adesão do Brasil às IFRS. O estudo do tipo exploratório e descritivo baseou-se nos dados coletados das empresas em questão. A análise dos dados permitiu identificar o ativo - Licenças Ambientais dentro do valor pago a título de ágio por rentabilidade futura por parte da empresa ALFA. A princípio o caso relatado neste artigo pode ser associado a um mero exercício contábil e de matemática financeira, mas ressalta-se que a metodologia desenvolvida para mensurar o valor dessa licença mostrou-se simples e original, baseando-se em interpretações e não em normas, e que além de gerar conhecimento interno (capital intelectual) para a empresa ALFA, fornece uma abordagem que pode vir a ser adotada, com as necessárias adaptações, por outras empresas que se deparem com situações semelhantes de compra de ativos.

Palavras-chave: *Ativos Intangíveis. Regulação. Goodwill.*

Área temática: *Novas Tendências Aplicadas à Gestão de Custos*

Reconhecimento de Ativos Intangíveis em Situação de *Business Combinations* Face ao Alinhamento da Contabilidade Brasileira às IFRS

Resumo

O objetivo geral deste estudo foi o de conhecer como uma empresa de *commodities* agrícola no Brasil reconheceu e mensurou seus ativos intangíveis, seguindo os preceitos da Lei 11.638/07 e as orientações do CPC-04 e CPC 15, diante de uma situação de compra de uma Usina de Cana-de-açúcar. Especificamente, tratou-se de descrever e analisar a metodologia para mensuração dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos dentro do valor pago a título de ágio por rentabilidade futura (*Goodwill*). A relevância desse estudo pode ser atribuída, principalmente, ao momento atual que a contabilidade brasileira vivencia, visto à adesão do Brasil às IFRS. O estudo do tipo exploratório e descritivo baseou-se nos dados coletados das empresas em questão. A análise dos dados permitiu identificar o ativo - Licenças Ambientais dentro do valor pago a título de ágio por rentabilidade futura por parte da empresa ALFA. A princípio o caso relatado neste artigo pode ser associado a um mero exercício contábil e de matemática financeira, mas ressalta-se que a metodologia desenvolvida para mensurar o valor dessa licença mostrou-se simples e original, baseando-se em interpretações e não em normas, e que além de gerar conhecimento interno (capital intelectual) para a empresa ALFA, fornece uma abordagem que pode vir a ser adotada, com as necessárias adaptações, por outras empresas que se deparem com situações semelhantes de compra de ativos.

Palavras-chave: Ativos Intangíveis. Regulação. *Goodwill*.

Área temática: Novas Tendências Aplicadas à Gestão de Custos

1. Introdução

No âmbito das Ciências Contábeis os Ativos Intangíveis sempre foram foco de estudo devido à importância que representam para as organizações despertando grande interesse do meio acadêmico e empresarial. Todavia, dada a sua natureza, esse tema se reveste, também, de grande complexidade, uma vez que Ativos Intangíveis são aqueles que não têm existência tangível, logo, de não tão fácil identificação e mensuração.

A complexidade que abrange o tema Ativo Intangível refere-se, principalmente, à dificuldade de seu reconhecimento, registro e evidenciação por parte da Contabilidade Financeira. Isso se deve ao fato de a Contabilidade Financeira estar atrelada às Normas Contábeis, bem como aos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos que balizam a sua aplicação (ANTUNES, 2004) e essa realidade restringe a aceitação de vários itens como elementos componentes do ativo, fazendo surgir à figura do *Goodwill* (MARTINS, 1972).

A Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não contemplava um grupo específico para evidenciar os Ativos Intangíveis, mas facultava o registro de alguns deles em outros grupos. Assim, gastos de implantação, gastos pré-operacionais, pesquisa e desenvolvimento, desenvolvimento de *software* eram registrados no grupo do Ativo Diferido e os gastos com direitos de propriedade e de ativos adquiridos separadamente no grupo do Ativo Imobilizado e aqueles que fizessem parte de uma combinação de negócios eram registrados no grupo de Ativo Investimentos (FIPECAFI, 2000). Todavia, de um avanço para a época, essa normatização passou a ser uma restrição. Com o passar dos anos, as exigências do mercado em relação à evidenciação dos intangíveis foram aumentando devido, dentre outros fatores, ao

aumento da importância relativa que os ativos intangíveis passaram a representar em relação ao ativo total das empresas, de uma forma geral.

Nesse sentido, a recente Lei 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, introduziu importantes conceitos do direito societário, tendo sido adaptados conceitos legais bastante utilizados em economias mais desenvolvidas alinhando, também, a normatização brasileira às legislações dos Estados Unidos e de países da Europa. Foram trazidas inovações tanto para as Demonstrações Contábeis, quanto para os Princípios Contábeis estabelecidos. Visou, dentre outras coisas, melhorar a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações divulgadas. Em relação aos Ativos Intangíveis esta lei trouxe uma nova abordagem, principalmente ao criar um grupo específico para evidenciar os Ativos Intangíveis no Balanço Patrimonial. Sob outro enfoque, pode-se considerar que gerou uma expectativa bastante positiva nos estudiosos sobre o tema, pois finalmente, esses elementos poderiam ser evidenciados, efetivamente, no Balanço Patrimonial.

Assim sendo, em 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o Pronunciamento Técnico - CPC-04 – Ativo Intangível, baseado no IAS 38 *Intangible Assets*, para definir especificamente o tratamento a ser dado aos Ativos Intangíveis. Da mesma forma emitiu o Pronunciamento Técnico – CPC 15 – Combinação de Negócios, baseado no IFRS 3 *Business Combinations*, em que estabelece os princípios e exigências de como uma empresa adquirente reconhece e mensura os ativos identificáveis, os passivos assumidos, o ágio por rentabilidade futura (*Goodwill*), dentre outras coisas.

Pode-se observar que esses Pronunciamentos conceituam as condições para a identificação e mensuração dos Ativos Intangíveis baseados em princípios norteadores, mas não disponibilizam uma seqüência de procedimentos específicos que devem ser seguidos para a sua mensuração, ou seja, enfocam princípios e não a regra. Aliás, deve-se ressaltar que essa é uma característica da nova legislação como um todo, que enfatiza a liberdade de interpretação, julgamento e aplicação dos textos (leia-se dos pronunciamentos), por parte do profissional, às especificidades da sua empresa.

Entende-se que essa nova realidade vem, por um lado, valorizar a profissão do contabilista, na qual se destacarão aqueles profissionais que mostrarem maior habilidade e conhecimento específico para a análise e interpretação das informações contidas nos Pronunciamentos do CPC. Mas, por outro lado, é lícito supor que muitos profissionais possam estar encontrando dificuldades para interpretar e aplicar a nova legislação, resultando na divulgação de balanços com diversos resultados e receitas, dentre outros aspectos, conforme tem relatado a imprensa especializada (Valor Econômico, - 9/3/2009).

Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo é o de conhecer como uma empresa de *commodities* agrícola no Brasil reconheceu e mensurou seus ativos intangíveis seguindo os preceitos da Lei 11.638/07 e as orientações do CPC-04 e CPC 15 diante de uma situação de compra de uma Usina de Cana-de-açúcar. Especificamente, trata-se de descrever e analisar a metodologia para mensuração dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos dentro do valor pago a título de ágio por rentabilidade futura (*Goodwill*).

Vale ressaltar que não se pretende aqui estabelecer uma norma de procedimentos generalizada aplicável a tais casos, mas sim de evidenciar uma solução prática efetivamente adotada na empresa e sancionada por empresa de auditoria. Dessa forma, diante da conjuntura atual de adaptação às novas normas, considera-se que a realidade aqui exposta possa inspirar a adoção de procedimentos semelhantes em empresas que se encontrem em situações de mesma natureza e suscitar discussões sobre a aplicabilidade da legislação em fóruns acadêmicos e profissionais.

2. Referencial teórico

2.1 Ativos Intangíveis e *Goodwill*

Nas duas últimas décadas observam-se comentários e críticas sobre a incapacidade dos relatórios contábeis elaborados e divulgados pela Contabilidade Financeira retratarem certas realidades das empresas principalmente em relação aos seus ativos intangíveis.

Ao averiguar-se a evolução histórica relacionada aos Ativos Intangíveis verifica-se que este tema surgiu no século XVI com as primeiras lições sobre *Goodwill*. Segundo Manobe (1986), a primeira aparição do tema foi veiculada em 1571 e compreendia a atividade industrial, à fidelidade da clientela, a localização privilegiada, à personalidade dos proprietários, entre outros.

Mais recentemente, no final do século passado, o tema Capital Intelectual apareceu na literatura acadêmica com a proposta de resolver as questões relativas à mensuração e gestão dos Ativos Intangíveis (EDIVINSSON e MALONE, 1997, p. 9). O Capital Intelectual, de forma geral, é definido como o conjunto de elementos intangíveis que agregam valor às organizações (BROOKING, 1996). Por outro lado, estudo desenvolvido por Antunes e Martins (2002) identificou que esse novo conceito estava diretamente associado aos Ativos Intangíveis tratados na Contabilidade como *Goodwill*. Mais precisamente, a autora menciona que o conceito de Capital Intelectual é uma tentativa de identificar e mensurar os Ativos Intangíveis que, enquanto não mensurados, resultam em parte do *Goodwill*. Além disso, e dadas as condições atuais da sociedade considerou que o crescimento dos impactos desses elementos intangíveis no patrimônio das organizações merece atenção no sentido de serem desenvolvidos estudos que disponibilizem ferramentas para tratar desses elementos que, por definição, são complexos e de difícil mensuração.” (ANTUNES, 2004).

Do ponto de vista empresarial, nota-se que a valorização dos Ativos Intangíveis torna-se, cada vez mais efetiva, na medida em que o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal banco de fonte de crédito de empresas brasileiras, passou a levar em consideração esses ativos em suas avaliações para concessão de crédito. Dessa forma, itens como capacidade de inovação, relacionamento com os *stockholders*, riscos ambientais inerentes ao negócio, passaram a ter um peso muito maior nas avaliações desenvolvidas pelos bancos (AGOSTINI, 2009). Observa-se, ainda, que esta prática tem sido observada por outras instituições, a exemplo do Banco Mundial e do *Federal Reserve* (Banco Central Americano) que estudam o peso dos Ativos Intangíveis também para concessão de crédito (AGOSTINI, 2009).

Muito embora se possa observar uma preocupação crescente com esse tema nos últimos 20 anos, pois esses elementos intangíveis contribuem, sobremaneira, para o desempenho e diferenciação das organizações, propiciando a sua continuidade na realidade competitiva atual (Brooking, 1996; Crawford, 1994; Edvinsson e Malone, 1998; Sveiby, 1998 e Lev, 2004), vale ressaltar que no âmbito da Contabilidade Financeira este tema sempre foi alvo de estudos, em termos de esforços para a identificação, mensuração e evidenciação de tais ativos, conforme se pode observar nas legislações que foram desenvolvidas visando este fim. Todavia, insatisfações e críticas sempre existiram devido à complexidade que envolve o reconhecimento de todos esses ativos no patrimônio das organizações.

Conforme já comentado na introdução deste artigo, a complexidade que abrange o tema Ativo Intangível refere-se, principalmente, à dificuldade de seu reconhecimento e evidenciação por parte da Contabilidade Financeira, pois esta está atrelada às Normas Contábeis, bem como aos Princípios Fundamentais de Contabilidade que balizam a sua aplicação (Antunes, 2004). Logo, a não aceitação de vários itens como elementos componentes do ativo faz surgir à figura do *Goodwill* (MARTINS, 1972).

2.2 Regulação (Lei 11.638/07) e Pronunciamentos CPC – 04 e CPC - 15

Em 28 de dezembro de 2007 foi aprovada a Lei 11.638, que traz uma série de modificações e inovações à Lei 6.404/76, no que diz respeito à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Um dos avanços da Lei 11.638/07 foi alterar as regras aplicáveis ao tratamento de Ativos Intangíveis no Balanço das companhias. Com a alteração no tratamento dos Ativos Intangíveis a Lei 11.638/07 criou um grupo contábil específico para os Ativos Intangíveis. A criação do grupo Ativo Intangível contribuiu para melhor identificação e individualização das companhias no contexto do seu efetivo patrimônio, já que como exemplos de Ativos Intangíveis citam-se as marcas, patentes, direitos sobre recursos naturais, fundo de comércio, etc.

A Lei 11.638/07 também trouxe outras mudanças à Lei das Sociedades por Ações, como, por exemplo, a inclusão no Balanço de novo critério de avaliação dos bens, de forma que os direitos classificados como Intangíveis serão avaliados pelo custo incorrido na aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização, o que também beneficia as empresas que passam a determinar de forma mais clara e exata o real valor dos seus bens intangíveis. Não obstante tal disposição, o artigo 183, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, alterado pela Lei 11.638/07, também atribui à sociedade o dever de efetuar, periodicamente, a análise sobre a recuperação dos valores registrados no grupo intangível com o objetivo de assegurar que sejam: 1) registradas as perdas de valor do capital aplicado, quando houver decisão de interromper as atividades a que tais ativos se destinavam, ou quando comprovado que não poderão trazer resultados suficientes para a recuperação desse valor e 2) revisados e ajustados os critérios utilizados para a determinação da vida útil econômica de tais bens do grupo Intangível e para o cálculo da respectiva depreciação, exaustão e amortização.

Sendo assim, com a criação de um grupo específico para os Ativos Intangíveis, nos balanços das companhias é natural haver a reclassificação dos certos ativos das sociedades, registrados em outros grupos para o grupo dos Ativos Intangíveis, o que pode reduzir de forma considerável os grupos de contas “investimentos”, “imobilizado”, e “diferido”. Vale lembrar que o grupo “diferido” foi extinto pela Lei 11.941/09, que regulamentou a MP 449/08 e complementou a Lei 11.638/07. Assim sendo, o conteúdo desse grupo teve que ser analisado para que as devidas reclassificações fossem efetuadas aos demais grupos de ativos (Imobilizado e Intangível), conforme o caso. Os valores reconhecidos nas práticas anteriores como diferido que não fosse possível a reclassificação podem ser mantidos neste grupo até sua efetiva realização.

Vale mencionar que a CVM editou a Instrução 469 em 2 de maio de 2008, juntamente com uma nota explicativa, que regulamenta a Lei 11.638/07 em diversas questões, e disponibilizou em seu site o Edital de Audiência Pública SNC 03/2008, que tem a finalidade de aprovar o Pronunciamento Técnico CPC-04, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para adequar a regulamentação brasileira com às disposições do Pronunciamento do IAS nº 38 do *International Accounting Standards Board* – IASB (IAS 38 – Ativos Intangíveis).

O objetivo do Pronunciamento CPC-04 é o de definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro Pronunciamento. No CPC – 04 os Ativos Intangíveis são representados por ativo não-monetário, identificável e sem substância física e, em linhas gerais, determina que a sua identificação somente lhe seja permitida se o mesmo for separável e resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Dessa forma, o reconhecimento se dá somente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança. O controle desse ativo se dá quando a

entidade detem o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios. De forma usual, a capacidade das companhias de controlar os benefícios econômicos futuros do Ativo Intangível advém de direitos legais, direitos autorais, limitação de um acordo comercial, entre outros. Para o seu reconhecimento, o CPC-04 determina que a companhia tenha evidências de que o ativo satisfaça as seguintes condições: 1) a definição de Ativo Intangível; e 2) os critérios de reconhecimento dos Ativos Intangíveis.

Quanto aos critérios de reconhecimento dos ativos intangíveis o CPC-04 dispõe sobre dois critérios. Um para os casos dos Ativos Intangíveis adquiridos separadamente e o outro para os casos dos Ativos Intangíveis adquiridos em combinações de negócios.

No critério de reconhecimento de Ativos Intangíveis adquiridos separadamente, O CPC-04 determina que o preço que a companhia paga para adquirir separadamente um Ativo Intangível reflete sua expectativa sobre a probabilidade dos benefícios econômicos futuros esperados, incorporados no ativo, serem gerados a seu favor. Quanto ao custo, o CPC-04 (2008, item 27, p. 10) define que o mesmo inclui: 1) seu preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos e 2) qualquer custo atribuível à preparação do ativo para o objetivo proposto, porém os custos incorridos no uso ou na transferência ou reinstalação de um Ativo Intangível não são incluídos no seu valor contábil.

Para os casos de aquisição por meio de uma combinação de negócios, o CPC-04 (2008, item 33, p. 11) menciona que o seu custo é o valor justo na data de aquisição, o qual reflete as expectativas sobre a probabilidade de que os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo serão gerados em favor da entidade. Dessa forma, de acordo com o CPC-04 (2008, item 34, p. 11), a empresa adquirente deve reconhecer na data da aquisição, separadamente do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*), o Ativo Intangível da adquirida, independentemente de o ativo ter sido reconhecido pela adquirida antes da aquisição da empresa.

De acordo com o CPC – 15, *Goodwill* é decorrente do pagamento derivado da expectativa de benefícios futuros sobre a empresa, acrescido do valor das participações de não-controladores e dos ajustes provindos de combinações efetuadas em estágios, que excede o valor justo dos seus ativos e passivos identificados no momento da combinação de negócios, inclusive Intangíveis, como citado no parágrafo anterior. O *Goodwill* é um valor residual, e não é, como usualmente e erroneamente identificado, a diferença entre o valor de mercado da empresa e o seu valor patrimonial contábil; e ele só existe para a Contabilidade Financeira no momento da aquisição de uma empresa e é mensurado por esse valor pago na operação (ANTUNES e MARTINS, 2002)

As mudanças recentes na legislação contábil brasileira criaram uma expectativa bastante positiva em torno da contabilização e evidenciação desses elementos, especificamente os Pronunciamentos do CPC – 04 (Ativos Intangíveis) e CPC – 15 (Combinação de Empresas). Todavia, vale mencionar que as alterações propostas pela Lei 11.638/07 na estrutura e evidenciação do Balanço Patrimonial resultaram na reorganização dos ativos intangíveis já computados antes desta Lei, em um grupo de contas denominado por Ativos Intangíveis. Este grupo de contas, de acordo com o texto da Lei, tem por finalidade contemplar os direitos que tenham como objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido (Lei 11.638/07, Art.179 – VI).

De fato, esta nova prática evidencia melhor os ativos anteriormente já computados, mas ainda não permite evidenciar a grande parte dos ativos intangíveis gerados internamente (a que muitos identificam como Capital Intelectual), de acordo com o texto do Pronunciamento Técnico CPC – 04. No entanto, o CPC 04 e o CPC 15, possibilitaram o

reconhecimento de ativos intangíveis, antes não computados, gerados no momento de combinação de negócios. Vale ressaltar a importância da identificação desses intangíveis, separadamente do *Goodwill*, em relação ao período de amortização. O ágio gerado na prática anterior era amortizado em um prazo máximo de dez anos; agora cada intangível deve ser analisado separadamente. Os ativos intangíveis com vida útil definida devem ser amortizados com relação ao seu período de vida útil econômica e aqueles com vida útil indeterminada não serão amortizados, devendo ser testado o valor de recuperabilidade desses ativos anualmente, em conformidade como o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3. Procedimentos Metodológicos

Este estudo, quanto ao objetivo, caracteriza-se do tipo exploratório e descritivo (Beuren, 2008, p. 80-81). Exploratório, pois buscou a obtenção de maiores conhecimentos sobre a interpretação e aplicação da nova legislação no que concerne à contabilização de ativos intangíveis. Descritivo, pois relatou os procedimentos sobre a interpretação do CPC-04 e CPC-15 para a identificação e mensuração da parte correspondente aos ativos intangíveis em relação ao valor total pago a título de ágio na aquisição do investimento.

Quanto aos procedimentos para a coleta de dados trata-se de um estudo de Análise de Caso. De acordo com Gil (2009, p.4), na Análise de Casos o pesquisador dispõe de um conjunto de informações e dados já disponíveis, acerca de um grupo, organização, comunidade, fato ou fenômeno que podem ser analisados com propósitos diversos cabendo ao pesquisador conferir-lhes tratamento analítico, sendo adotado como um dos procedimentos fundamentais nos estudos exploratórios. Dessa forma, não se confunde com o método do estudo de caso, pois este envolve procedimentos de planejamento, coleta, análise e interpretação de dados.

Utilizou-se, também, da pesquisa documental e bibliográfica, pois a consultou-se a legislação sobre a contabilização dos ativos intangíveis atualmente em vigor no Brasil e os documentos da empresa objeto de estudo de forma a se desenvolver a seqüência de procedimentos para a contabilização de ativos intangíveis (Beuren, 2008; p. 84 e 89). Quanto à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois envolveu o pesquisador em seu ambiente de trabalho (verificação *in loco*) na busca da solução para um problema, descrevendo-se a complexidade da contabilização de um ativo intangível (BEUREN, 2008, p.91).

A unidade de estudo foi a Empresa denominada por ALFA que é uma multinacional americana do setor de commodities agrícolas e que atua no Brasil e tem como principal atividade a originação de soja, processamento de oleaginosas, trigo, cacau e milho. Em dezembro de 2008 a empresa ALFA entrou no mercado de cana-de-açúcar ao adquirir a empresa, denominada por BETA. A empresa BETA é uma usina em fase de construção cuja principal atividade é a transformação da cana-de-açúcar em açúcar, álcool e energia. Por solicitação da empresa, os números aqui apresentados foram modificados, mas reflete de forma fidedigna a situação em análise. Da mesma forma adotaram-se nomes fictícios para se identificar as duas empresas.

4. Descrição do Processo de Identificação, Mensuração e Registro do Ativo Intangível

- **Situação Problema**

A empresa ALFA ao decidir entrar no mercado de cana-de-açúcar se deparou com duas possibilidades: 1) construir sua própria usina e com isso aguardar até 2 anos para obter as licenças ambientais necessárias para explorar esse tipo de negócio ou 2) adquirir uma usina

que já possuía as licenças ambientais para entrar em atividade. Considerando que o horizonte de tempo necessário para se obter essas licenças foi estimado em 2 anos, a ALFA decidiu por adquirir a usina BETA, em fase inicial de operação, que já havia obtido as licenças ambientais.

O valor acordado entre as partes para a aquisição da Usina BETA foi de USD 18 milhões. O valor do acervo líquido contábil, no momento da aquisição, era de USD 6 milhões, na prática brasileira anterior seria reconhecido um ágio de USD 12 milhões.

Em conformidade com a nova prática brasileira, inicialmente deverão ser identificados todos os ativos e passivos a valor de mercado, inclusive os ativos intangíveis não reconhecidos anteriormente pela adquirida e posteriormente é mensurado o valor do *Goodwill*. O valor do *Goodwill* será composto pela diferença entre o valor pago e valor dos ativos e passivos identificados, lembrando que não serão necessários ajustes de participação de não-controladores e de combinações por estágios por não estarem contidos no caso apresentado.

- **Processo de identificação de ativos e passivos**

Os itens do acervo líquido da Usina Beta, incluindo as possibilidades levantadas para a identificação de ativos intangíveis não contabilizados em seu patrimônio, seguidos das respectivas conclusões, são apresentados como segue:

1. **Ativo Fixo:** a diferença do valor contabilizado no Balanço Patrimonial para o valor de mercado mostrou-se imaterial, portanto manteve-se o valor contábil já identificado no acervo líquido;
2. **Contratos de Equipamentos:** não continham nenhum benefício em relação ao mercado corrente, pois os contratos de equipamentos tinham sido feitos recentemente com os fornecedores e não apresentavam diferença entre o valor contratado para o valor do mercado corrente. Dessa forma, foi mantido o valor do acervo líquido contábil;
3. **Fornecedores de cana-de-açúcar:** não apresentaram nenhum benefício ou prejuízo para a companhia uma vez que as cláusulas de seus contratos caracterizavam preço a mercado. Assim sendo, o valor contábil já registrado foi mantido;
4. **Marca:** não apresenta valor de mercado relevante, devido ao fato de que esta usina estava em fase de construção e não apresentava uma marca conhecida e consolidada no mercado;
5. **Licenças Ambientais:** essas se mostraram relevantes.

Pode-se verificar que o único Ativo Intangível relevante e identificável foram as Licenças Ambientais. Essas licenças são concedidas para uma usina operar e levam em média 2 anos para serem concedidas pelo governo. De forma a se atribuir um valor para as Licenças Ambientais elaborou-se a projeção de dois fluxos de caixa para a Usina BETA: um com a antecipação de resultados, em função da Licença Ambiental pré-existente e outro sem considerá-la.

- **Cálculo do valor do Ativo Intangível – Licenças Ambientais**

Para a elaboração desses dois fluxos de caixa elaboraram as projeções de moagem e produção de álcool, açúcar e energia, as projeções das receitas de vendas, as projeções do resultado e as projeções do fluxo de caixa da empresa adquirida, tendo em vista atingir a

maior capacidade de extração de uma margem de produção, tendo como base cada tonelada de cana-de-açúcar processada, de acordo com a estrutura da usina.

Assim sendo, inicialmente fez-se a projeção da produção tendo em vista 3 (três) processos de produção: o primeiro é o da industrialização da cana-de-açúcar para a produção de álcool com previsão para início em 2009; o segundo é a produção de açúcar com previsão para início em 2011 e, o terceiro, trata da produção e comercialização de energia elétrica por meio da utilização do bagaço da cana-de-açúcar (biomassa), também com previsão de início em 2011. A Tabela 1 indica a previsão da capacidade de moagem e produção da usina de Álcool, Açúcar e Energia para 10 anos:

Tabela 1: Projeção de Moagem e Produção de Álcool, Açúcar e Energia

Projeção de Moagem e Produção de Álcool, Açúcar e Energia (MT)										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Moagem Cana	549	1.076	1.731	2.051	2.119	2.133	2.128	2.032	2.018	2.112
Alcool	47	93	75	89	92	93	93	88	88	91
Açúcar			116	137	142	143	143	136	135	141
Energia			138	163	163	163	163	163	163	163

Em linhas gerais, para se fazer a projeção da moagem levou-se em consideração o mercado de cana-de-açúcar brasileiro e partindo-se do primeiro ano com 549 mt estimou-se que a usina atingiria em 10 anos a moagem de 2.112 mt de cana-de-açúcar. Para se chegar à produção de álcool a partir da moagem de cana-de-açúcar, utilizou-se uma tabela de conversão de 11,52, ou seja, 549 mt de cana-de-açúcar moída produzirá 47 m3 de álcool no primeiro ano. No segundo ano de 1.076 mt de cana-de-açúcar moída, produzirá 93 m3 de álcool e assim por diante. No ano de 2011, além da produção de álcool, considerou-se o início da produção de açúcar e energia. Assim, para a conversão de cana-de-açúcar para o álcool, o açúcar e a energia adotaram-se a seguinte conversão: a moagem da cana-de-açúcar de 1.731 mt foi convertida para álcool pelo fator de conversão 11,52 e para o açúcar pelo fator de conversão 7,47, levando-se em consideração que somente a metade da cana-de-açúcar moída resultará em álcool e açúcar. A previsão de energia resultante de 1.731 mt de moagem de cana-de-açúcar foi estimada em 138 mw de energia.

Na seqüência pode-se fazer a projeção da Receita de Vendas para os três produtos e a Tabela 2 exibe esses resultados. Para tanto, considerou-se que os produtos finais podem ser comercializados no mercado interno ou externo nas diversas modalidades de comercialização (preço fixo, a fixar, basis fixo, a fixar, etc) e a venda de bagaço para a unidade de Energia deve ser feita a valor de mercado, porém como não existe uma publicação de preços para ser utilizada como referência foi feita uma pesquisa de preço entre as usinas de uma mesma região para se determinar um valor de referência.

Tabela 2: Projeção de Receita de Vendas (USD 000)

		Projeção da Receita de Vendas USD									
		2.009	2.010	2.011	2.012	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
Moagem Cana MT		549	1.076	1.731	2.051	2.119	2.133	2.128	2.032	2.018	2.112
A L C O O L	Conversão Cana para Alcool M3 11,52	48	93	75	89	92	93	92	88	88	92
	Preço Alcool USD	766,84	766,84	766,84	766,84	766,84	766,84	766,84	766,84	766,84	766,84
	Receita de Alcool USD	36.559	71.590	57.594	68.256	70.521	70.997	70.806	67.627	67.170	70.273
A Ç Ú C A R	Conversão Cana para Açúcar MT 7,47			116	137	142	143	142	136	135	141
	Preço Açúcar USD			267,11	267,11	267,11	267,11	267,11	267,11	267,11	267,11
	Receita do Açúcar USD			30.952	36.682	37.899	38.155	38.052	36.344	36.098	37.766
E N E R G I A	Energia MW			138	163	163	163	163	163	163	163
	Preço Energia USD			97,00	97,00	97,00	97,00	97,00	97,00	97,00	97,00
	Receita da Energia USD			13.391	15.792						
Total da Receita USD		36.559	71.590	101.938	120.729	124.212	124.943	124.650	119.762	119.059	123.830

Por fim, pode-se fazer a projeção do resultado da usina com as projeções do EBITDA (*Earnings Before Income Tax, Depreciation and Amortization*), o EBIT (*Earnings Before Income Tax*) e também o Resultado Líquido. A Tabela 3 exibe esses resultados.

Tabela 3: Projeção de Resultado (USD 000)

		Projeção de Resultado (USD 000)									
		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receita de Vendas											
	Alcool	36.559	71.590	57.594	68.256	70.521	70.997	70.806	67.627	67.170	70.273
	Açúcar	-	-	30.952	36.682	37.899	38.155	38.052	36.344	36.098	37.766
	Energia	-	-	13.391	15.792	15.792	15.792	15.792	15.792	15.792	15.792
	(+) Receita de Vendas	36.559	71.590	101.938	120.729	124.212	124.943	124.650	119.762	119.059	123.830
Impostos sobre as Vendas											
	PIS / Cofins	7.678	15.034	12.094	14.334	14.810	14.909	14.869	14.201	14.106	14.757
	ICMS	9.140	17.897	14.398	17.064	17.630	17.749	17.702	16.907	16.793	17.568
	(-) Impostos sobre Vendas	16.817	32.931	26.493	31.398	32.440	32.658	32.571	31.108	30.899	32.326
	(=) Receitas Líquidas	19.742	38.659	75.445	89.331	91.772	92.285	92.079	88.654	88.161	91.505
	(-) Custo e Despesas	(15.772)	(30.884)	(49.692)	(58.891)	(60.846)	(61.256)	(61.092)	(58.348)	(57.954)	(60.632)
	(=) EBITDA	3.970	7.775	25.752	30.440	30.926	31.029	30.988	30.306	30.207	30.873
	(-) Depreciação	(5.472)	(9.621)	(10.532)	(10.532)	(10.532)	(10.532)	(10.532)	(10.532)	(10.532)	(5.177)
	(=) EBIT	(1.502)	(1.846)	15.220	19.908	20.394	20.497	20.455	19.773	19.674	25.696
	(-) Impostos	-	-	(5.175)	(6.769)	(6.934)	(6.969)	(6.955)	(6.723)	(6.689)	(8.737)
	(=) Resultado Líquido	(1.502)	(1.846)	10.046	13.139	13.460	13.528	13.501	13.050	12.985	16.960

A projeção do resultado da Usina BETA foi baseada na projeção de moagem e projeção de receita anteriormente citadas (Tabelas 1 e 2). Sobre as receitas de vendas foram

apurados os impostos incidentes (PIS, COFINS e ICMS). Os custos e despesas da usina foram apurados com base nas suas áreas industrial e administrativo/financeira. Após o cálculo do EBTIDA, foram apuradas as despesas com depreciação a fim de obter-se o EBIT e com o desconto do Imposto de Renda apurou-se o Resultado Líquido da empresa. A Tabela 4 exibe os resultados da Projeção do Fluxo de Caixa da Usina BETA para o período de 2009 a 2018.

Tabela 4: Projeção de Fluxo de Caixa em USD

Projeção de Fluxo de Caixa (USD 000)										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receita de Vendas										
Alcool	36.559	71.590	57.594	68.256	70.521	70.997	70.806	67.627	67.170	70.273
Açúcar	-	-	30.952	36.682	37.899	38.155	38.052	36.344	36.098	37.766
Energia	-	-	13.391	15.792	15.792	15.792	15.792	15.792	15.792	15.792
(+) Receita de Vendas	36.559	71.590	101.938	120.729	124.212	124.943	124.650	119.762	119.059	123.830
Impostos sobre as Vendas										
PIS / Cofins	7.678	15.034	12.094	14.334	14.810	14.909	14.869	14.201	14.106	14.757
ICMS	9.140	17.897	14.398	17.064	17.630	17.749	17.702	16.907	16.793	17.568
(-) Impostos sobre Vendas	16.817	32.931	26.493	31.398	32.440	32.658	32.571	31.108	30.899	32.326
(=) Receitas Líquidas	19.742	38.659	75.445	89.331	91.772	92.285	92.079	88.654	88.161	91.505
(-) Custo e Despesas	(15.772)	(30.884)	(49.692)	(58.891)	(60.846)	(61.256)	(61.092)	(58.348)	(57.954)	(60.632)
(=) EBITDA	3.970	7.775	25.752	30.440	30.926	31.029	30.988	30.306	30.207	30.873
(-) Depreciação	(5.472)	(9.621)	(10.532)	(10.532)	(10.532)	(10.532)	(10.532)	(10.532)	(10.532)	(5.177)
(=) EBIT	(1.502)	(1.846)	15.220	19.908	20.394	20.497	20.455	19.773	19.674	25.696
(-) Impostos	-	-	(5.175)	(6.769)	(6.934)	(6.969)	(6.955)	(6.723)	(6.689)	(8.737)
(=) Resultado Líquido	(1.502)	(1.846)	10.046	13.139	13.460	13.528	13.501	13.050	12.985	16.960
Depreciação	5.472	9.621	10.532	10.532	10.532	10.532	10.532	10.532	10.532	5.177
Capex	-	-	-	(2.865)	(5.919)	(2.960)	(5.943)	(2.838)	(5.638)	(2.949)
Fluxo de Caixa Operacional	3.970	7.775	20.578	20.807	18.073	21.081	18.089	20.745	17.879	19.187
Investimentos	(79.055)	(1.162)	(41.488)	(9.116)	-	-	-	-	-	-
Working Capital	(2.197)	(2.105)	(2.620)	(1.281)	(272)	(57)	23	382	55	(373)
Fluxo de Caixa	(79.055)	611	(35.818)	8.841	19.526	17.801	21.023	18.112	21.127	17.934

Na seqüência, com base na projeção do Fluxo de Caixa (Tabela 4) procedeu-se como segue de forma a se atribuir um valor monetário para as licenças ambientais adquiridas pela Empresa ALFA. A Tabela 5 exibe esses resultados.

1. Calculou-se o valor presente líquido do fluxo de caixa projetado para a Usina BETA para o período de 10 anos, ou seja, de 2009 a 2018, utilizando-se como taxa de desconto 7,5% aa, que corresponde ao custo de captação de recursos da Empresa ALFA, chegando-se ao valor de USD 21.777 milhões.
2. Considerando-se que a Usina BETA já possui as licenças ambientais necessárias que normalmente levariam dois anos para serem obtidas, recalculou-se o valor presente líquido com a mesma taxa de desconto antecipando-se o fluxo em dois anos, ou seja, de 2011 a 2020, eliminando-se, dessa forma, o período necessário para a obtenção das licenças ambientais. Esse novo cálculo resultou em um valor presente líquido de USD 25.166 milhões.
3. Considerando-se que a diferença entre os dois valores presentes líquidos se deve às licenças ambientais, utilizou-se essa cifra (USD 3.389) como o valor do Ativo Intangível - Licenças Ambientais identificado.

Tabela 5: Projeção de Fluxo de Caixa Descontado em USD

Projeção de Fluxo de Caixa Descontado (USD 000)											
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Receita de Vendas											
Alcool	36.559	71.590	57.594	68.256	70.521	70.997	70.806	67.627	67.170	70.273	
Agúcar	-	-	30.952	36.682	37.899	38.155	38.052	36.344	36.098	37.766	
Energia	-	-	13.391	15.792	15.792	15.792	15.792	15.792	15.792	15.792	
(+) Receita de Vendas	36.559	71.590	101.938	120.729	124.212	124.943	124.650	119.762	119.059	123.830	
Impostos sobre as Vendas											
PIS / Cofins	7.678	15.034	12.094	14.334	14.810	14.909	14.869	14.201	14.106	14.757	
ICMS	9.140	17.897	14.398	17.064	17.630	17.749	17.702	16.907	16.793	17.568	
(-) Impostos sobre Vendas	16.817	32.931	26.493	31.398	32.440	32.658	32.571	31.108	30.899	32.326	
(=) Receitas Líquidas	19.742	38.659	75.445	89.331	91.772	92.285	92.079	88.654	88.161	91.505	
(-) Custo e Despesas	(15.772)	(30.884)	(49.692)	(58.891)	(60.846)	(61.256)	(61.092)	(58.348)	(57.954)	(60.632)	
(=) EBITDA	3.970	7.775	25.752	30.440	30.926	31.029	30.988	30.306	30.207	30.873	
(-) Depreciação	(5.472)	(9.621)	(10.532)	(5.177)							
(=) EBIT	(1.502)	(1.846)	15.220	19.908	20.394	20.497	20.455	19.773	19.674	25.696	
(-) Impostos	-	-	(5.175)	(6.769)	(6.934)	(6.969)	(6.955)	(6.723)	(6.689)	(6.737)	
(-) Resultado Líquido	(1.502)	(1.846)	10.046	13.139	13.460	13.528	13.501	13.050	12.985	16.960	
Depreciação	5.472	9.621	10.532	10.532	10.532	10.532	10.532	10.532	10.532	5.177	
Capex	-	-	-	(2.865)	(5.919)	(2.980)	(5.943)	(2.838)	(5.638)	(2.949)	
Fluxo de Caixa Operacional	3.970	7.775	20.578	20.807	18.073	21.081	18.089	20.745	17.879	19.187	
Investimentos	(79.055)	(41.488)	(9.116)	-	-	-	-	-	-	-	
Working Capital	(2.197)	(2.105)	(2.620)	(1.281)	(272)	(57)	23	382	55	(373)	
Fluxo de Caixa	(79.055)	611	(35.818)	8.841	19.526	21.023	18.112	21.127	17.934	18.814	
100%											
Fluxo de Caixa	(79.055)	611	(35.818)	8.841	19.526	21.023	18.112	21.127	17.934	112.884	
								perpetuidade		94.070	
Taxa de Desconto	7,50%										
Fluxo de Caixa Descontado	25.166										
Fluxo de Caixa	-	(79.055)	611	(35.818)	8.841	19.526	21.023	18.112	21.127	17.934	112.884
Taxa de Desconto	7,50%										
Fluxo de Caixa Descontado	21.777										
Variação	3.389										

Dessa forma, do valor que seria contabilizado pela prática anterior a título ágio por rentabilidade futura (*Goodwill*) de USD 12 milhões pode-se identificar um valor de USD 3.389 a título de Ativo Intangível - Licenças Ambientais. Logo, o valor do *Goodwill*, em conformidade com as novas práticas contábeis, foi reduzido para USD 8.611 milhões e pode-se contabilizar um ativo intangível para a empresa ALFA de USD 3.389.

Observa-se que com a contabilização do valor intangível na conta patrimonial Ativo Intangível, a empresa reduz o valor da conta *Goodwill* e, com isso, passa a amortizar este valor do Ativo Intangível de acordo com o benefício que o mesmo irá trazer, ou seja, em dois anos. O valor alocado na conta de *Goodwill* não será amortizado e sua recuperabilidade deverá ser testada anualmente. Na prática contábil anterior não haveria esta contabilização em separado do Intangível – Licenças Ambientais, a empresa deveria manter este valor intangível alocado na conta de *Goodwill* e, ocorreria uma amortização conjunta em um prazo não superior a dez anos.

Nota-se, também, que as empresas que contabilizam seus valores intangíveis na conta de Ativos Intangíveis, passam a ter maior comparabilidade entre elas, contribuindo para a harmonização da legislação societária brasileira com os Princípios e melhores Práticas Contábeis internacionais. Além disso, a contabilização dos valores intangíveis em conta específica torna mais transparente situação patrimonial da empresa de forma que a conta de Ativo Intangível fique evidenciada com o valor devidamente alocado.

A Tabela 6 evidencia a comparação entre as antigas e as novas normas quanto à evidenciação no Balanço Patrimonial, considerando-se às contas analisadas neste estudo.

Tabela 6: Comparação de Práticas Contábeis Aplicadas no estudo

	Práticas anteriores	Novas Práticas	Observação
<u>Investimentos</u>			
Investimento em Beta	6.000 mil	6.000 mil	Permaneceu igual por não existirem diferenças entre o valor contábil e o valor de mercado dos ativos e passivos já reconhecidos na prática anterior.
Ágio	12.000 mil		Nova classificação do ágio por expectativa de resultados futuros (<i>Goodwill</i>)
<u>Intangível</u>			
Licenças Ambientais		3.389 mil	Ativo Intangível identificado no momento da combinação de negócios ao valor justo.
<i>Goodwill</i>		8.611 mil	Reclassificado para o grupo Intangível e remensurado, considerando-se o ativo intangível identificado (Licenças Ambientais).

Por fim, cabe ressaltar que este procedimento adotado para identificar e mensurar o valor do ativo intangível foi validado pela auditoria externa da empresa.

5. Considerações finais ao estudo

Este artigo abordou o tema Ativos Intangíveis com o objetivo de descrever e analisar o processo que uma empresa de *commodities* agrícola do Brasil desenvolveu para identificar, mensurar e evidenciar ativos intangíveis quando da aquisição de uma Usina de cana-de-açúcar, tendo como base as orientações do CPC-04 e CPC-15, especificamente o ativo intangível Licenças Ambientais

A relevância desse estudo pode ser atribuída, principalmente, ao momento atual que a contabilidade brasileira vivencia, visto à adesão do Brasil às normas internacionais de contabilidade. A nova legislação requer uma mudança cultural na prática da profissão, na medida em que a mesma é baseada em princípios e não em regras e no conceito internacional da primazia da essência sobre a forma, enfatizando a liberdade de interpretação e julgamentos fundamentados dos textos. Isso, por sua vez, passa a exigir do profissional um raciocínio analítico ao qual não estava, por assim dizer, até então habituado. Por outro lado, essa nova postura valoriza a profissão lembrando que no campo da Sociologia das Profissões as mais diversas correntes de pensamento são unânimes na concordância de que a complexidade e o conhecimento específico são aspectos que valorizam o profissional e justificam perante a sociedade o monopólio, o status e os benefícios que ela lhes concede, conforme Freidson (1986; 1988), Diniz (2001) e Abbot (1988). Logo, esse período inicial de mudança, que vem acompanhado por inseguranças e incertezas, deve ser encarado de forma positiva pela classe contábil.

A princípio o caso relatado neste artigo pode ser associado a um mero exercício contábil e de matemática financeira, mas o que se deve ressaltar é o trato da questão e a simplicidade da solução adotada. Dessa forma, é lícito dizer que a solução está inserida de forma pro ativa no novo contexto da contabilidade no Brasil, adotando-se uma solução que

requereu conhecimento interdisciplinar e reflexão, ou seja, se baseou em princípios e não em regras.

Adicionalmente, embora a experiência aqui relatada esteja limitada à realidade da Empresa ALFA, entende-se que esta experiência, além de gerar conhecimento interno (capital intelectual) para a mesma, que dado ao seu ramo de atividade possivelmente virá a adquirir novas empresas/usinas contribui, também, fornecendo uma nova abordagem que pode vir a ser adotada, com as necessárias adaptações, por outras empresas que se deparem com situações semelhantes de compra de ativos.

Como recomendações para futuros estudos entendem-se que as experiências de profissionais diante da nova realidade contábil de adequação à legislação devem ser objeto de apresentação e discussão não só nos órgãos e associações de classe, mas principalmente nos fóruns e publicações científicas de forma a se disseminar o conhecimento gerado e propiciar a troca de experiências baseada na confrontação com a Teoria da Contabilidade.

Referências Bibliográficas

AGOSTINI, Renata. (2009), *Muito além do Balanço*. Revista Exame, São Paulo, maio. Disponível em: <<http://www.exame.com.br>> Acesso em: 27 maio 2009.

ANTUNES, M. T. P. (2004), A influência dos investimentos em Capital Intelectual no desempenho das empresas: um estudo baseado no entendimento de gestores de grandes empresas brasileiras. *Tese* (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo.

_____; MARTINS; Eliseu, (2002) O Capital Intelectual integra o Goodwill. IOB – Informações Objetivas: *Temática Contábil e Balanços*, n,51, p.1-6.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília-DF, 15 de dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso: 14 maio 2009.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília-DF, 27 de dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm. Acesso: 14 maio 2009.

BROOKING, Annie. (1996), *Intellectual capital: core asset for the third millennium enterprise*. Boston: Thomson Publishing Inc.

BEUREN, Ilse M. (Org.) (2008), *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade*. São Paulo: Atlas.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Procedimento Conceitual Básico*. Disponível em: <<http://cpc.org.br/>> Acesso em: 14 out. 2009.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos*. Disponível em: <<http://cpc.org.br/>> Acesso em: 14 out. 2009.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC-04* - Ativos Intangíveis. Disponível em: <<http://cpc.org.br/>> Acesso em: 14 out. 2008.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC-15* – Combinação de negócios. Disponível em: <<http://cpc.org.br/>> Acesso em: 14 out. 2009.

CRAWFORD, Richard. (1994) *Na era do capital humano*. . São Paulo: Atlas.

CONFUSÃO contábil prejudica análise de balanços de 2008. *Valor Econômico*, 9/3/2009

DINIZ, M. (2001), *Os donos do saber*. Rio de Janeiro: Editora Revan.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. (1997), *Intellectual capital*. New York: Harper Business.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, (2001) *Statement of Financial Standards n° 141: Business combination*. July, 2001.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, (2001) *Statement of Financial Standards n° 142: Goodwill and Other Intangible Assets*. June.

FREIDSON, E. (1986) *Professional Powers: A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*. Chicago: The University of Chicago Press.

_____. (1988) *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: Edusp, Coleção Clássicos, n. 12.

FIPECAFI. (2000), *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades*. 5 ed. São Paulo. Atlas.

GIL, Antonio Carlos. (2002), *Como Elaborar Projetos de Pesquisas*. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas.

LEV, Baruch. (2004), *Sharpening the intangibles edge*. *Harvard Business Review (HBR) Spotlight*, p. 109–116, June, 2004

MARTINS, Eliseu. (1972), *Contribuição à avaliação do ativo intangível*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade São Paulo: Universidade de São Paulo.

MANOBE, Massanori. (1986), *Contribuição à mensuração e contabilização do goodwill adquirido*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo.

SVEIBY, Karl Erik. (1998), *A nova riqueza das organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.